

Do Descoberto a Porangatu: a construção da memória, a invenção da cidade e sua patrimonialização

From Descoberto to Porangatu: the construction of memory, the invention of the city, and its heritage

Enviado em: 11-11-2025

Aceito em: 13-01-2026

Max Lanio Martins Pina¹

Maria Juliana de Freitas Almeida²

Resumo

Este artigo analisa os processos históricos, sociais e culturais que moldaram a identidade da cidade de Porangatu, desde seu surgimento como povoado aurífero denominado Descoberto até sua configuração moderna. A investigação examina as narrativas produzidas por diferentes agentes históricos e a patrimonialização de bens materiais e imateriais, compreendidos como lugares de memória. A hipótese central considera Porangatu um campo de disputas mnemônicas, no qual grupos sociais competem pelo poder de definir e mobilizar o passado. A pesquisa qualitativa baseia-se na análise de fontes primárias e secundárias, destacando os impactos da modernização urbana, das narrativas identitárias e das tensões patrimoniais. Conclui-se que a memória coletiva da cidade é continuamente construída, desconstruída e negociada, refletindo disputas simbólicas e projetos políticos diversos.

Palavras-chave: História local; Memória coletiva; Patrimônio cultural.

Abstract

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH/UFPR), do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEHIS/UEG) e do Grupo de Pesquisa e Estudos em Aprendizagem Histórica (APRENDHIS/UFG). Membro do GT Ensino de História e Educação (GTEHE) da ANPUH/Goiás. ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-1235-2180>. E-mail: max.pina@ueg.br

² Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEHIS/UEG). Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Porangatu, atualmente desenvolvendo Assessoria Pedagógica em História. E-mail: maria.almeida@ueg.br

This article analyzes the historical, social, and cultural processes that shaped the identity of Porangatu, from its origin as the gold-mining settlement Descoberto to its modern configuration. It examines narratives produced by different historical actors and the patrimonialization of tangible and intangible heritage understood as sites of memory. The central hypothesis considers Porangatu a mnemonic battlefield where social groups compete to define and mobilize the past. The qualitative research is based on primary and secondary sources, highlighting the impacts of urban modernization, identity narratives, and heritage tensions. The study concludes that the city's collective memory is constantly constructed, deconstructed, and negotiated, reflecting symbolic disputes and political projects.

Keywords: Local history; Collective memory; Cultural heritage.

Introdução

A história local, longe de constituir-se como um repositório estático de verdades absolutas, configura-se como um campo dinâmico de interpretações, disputas e silenciamentos, profundamente ancorado na subjetividade dos sujeitos que a (re)produzem e na materialidade dos lugares que a abrigam. Em consonância com os pressupostos teóricos de Koselleck (2006), compreende-se que todo relato histórico é forjado na intersecção entre o espaço de experiência, entendido como o conjunto de vivências e memórias acumuladas pelos narradores, e o horizonte de expectativas, concebido como as projeções futuras que orientam e ressignificam o olhar sobre o passado.

Nesse sentido, a história local realizada fora do alcance institucional da academia e desenvolvida na esfera pública não se limita a um mero exercício de arqueologia factual, mas se revela como um ato eminentemente político e identitário da memória. Tal ato envolve processos de seleção, hierarquização e, frequentemente, a invenção de tradições (Hobsbawm, 1997), mobilizadas estrategicamente para legitimar pertencimentos coletivos mnemônicos (Halbwachs, 1990), além de sustentar projetos políticos específicos (monumentos, comemorações e discursos) das classes sociais que estão no topo da pirâmide social (Pollak, 1989).

É precisamente nesse campo marcado tanto pela extensão quanto pela tensão das narrativas históricas que se insere a presente análise. O objeto do exame é a cidade de Porangatu, situada no norte do Estado de Goiás, em região limítrofe com o

sul do Estado do Tocantins, às margens da Ferrovia Norte-Sul e atravessada pela rodovia federal BR-153. A trajetória histórica dessa cidade, que emergiu do antigo povoado aurífero denominado Descoberto de Nossa Senhora da Piedade, posteriormente designado como Descoberto da Piedade e, mais tarde, simplesmente Descoberto (Almeida; Pina, 2015). O povoado do Descoberto não era uma unidade autônoma, mas parte de um território mais amplo que até meados do século XIX ficou conhecido como Sertão de Amaro Leite³ (Moreira, 2003; Almeida, 2024). Essa localidade oferece um terreno particularmente fértil para compreensão dos processos de construção da memória coletiva (Halbwachs, 1990) e as estratégias de patrimonialização do passado (Almeida, 2018; Pelegrini, 2018).

Este trabalho tem como objetivo central analisar os mecanismos históricos, sociais e culturais pelos quais a identidade de Porangatu foi, e continua sendo, construída, desconstruída e reconstruída (Pina, 2025) ao longo dos anos e gerações. Para tanto, propõe-se analisar algumas das narrativas produzidas por diferentes agentes históricos, desde os viajantes europeus que percorreram a região no século XIX até os memorialistas contemporâneos que atuam na preservação da memória local. Simultaneamente, examina-se o conjunto de bens materiais e imateriais que foram consagrados como patrimônio cultural, compreendidos aqui como lugares de memória (Nora, 1993) que condensam, transmitem e perpetuam valores subjetivos e simbólicos fundamentais para a identidade coletiva da comunidade.

A hipótese central que orienta este exame postula que a história de Porangatu se constitui como um verdadeiro campo de batalha mnemônico, no qual diferentes grupos sociais, detentores de capitais simbólicos, econômicos e políticos distintos, disputam constantemente o direito de definir o que deve ou pode ser lembrado e o que

³ O Sertão de Amaro Leite, no século XIX, correspondia a uma vasta região localizada na porção central da Capitania/Província de Goiás, entre os rios Araguaia e Maranhão/Tocantins, descoberta em 1739 pelo bandeirante Amaro Leite Moreira durante expedições em busca de ouro. Essa área, marcada pela mineração aurífera inicial e posteriormente pela pecuária, caracterizava-se por ser território disputado entre colonizadores e povos indígenas, especialmente os Avá-Canoeiro e Xavante, sendo palco de intensos conflitos interétnicos ao longo do século XIX. O sertão abrigava pequenos núcleos urbanos como os arraiais de Amaro Leite e Descoberto da Piedade, e tornou-se foco de políticas imperiais de colonização militar a partir de 1850, com a implantação de presídios militares destinados a controlar a presença indígena, promover o povoamento e viabilizar as comunicações entre as diferentes regiões da província, desempenhando papel estratégico na integração territorial de Goiás ao Império brasileiro (Almeida, 2025).

deve ser esquecido (Pollak, 1989). Mais do que isso, esses grupos competem pela prerrogativa de determinar como o passado deve ser mobilizado, interpretado e instrumentalizado para dar sentido ao presente e projetar imaginários específicos de futuro.

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa e interpretativa, fundamentando-se na análise crítica de fontes. Entre as fontes, destacam-se relatos de viajantes do século XIX, documentos administrativos coloniais e imperiais, leis municipais de tombamento patrimonial. Além disso, privilegiam-se também trabalhos acadêmicos e memorialísticos produzidos sobre a região, submetidos a escrutínio analítico e crítico.

A análise será conduzida mediante três eixos temáticos interligados: primeiramente, a construção das narrativas históricas sobre a origem e o desenvolvimento do povoado; em segundo lugar, os impactos da emancipação política municipal e da modernização infraestrutural, notadamente a implantação da rodovia federal BR-153, na reconfiguração do espaço urbano e da memória coletiva; e, finalmente, a constituição e as disputas em torno do patrimônio cultural material e imaterial da cidade, antecipado por uma reflexão sobre a patrimonialização.

Do Descoberto à Porangatu: da colonialidade para a modernidade

A compreensão da história como uma construção social, e não como uma mera representação objetiva ou espelhamento fiel do passado, constitui o ponto de partida fundamental para a presente análise. Conforme argumenta Gonçalves (2007), a história local não opera como um reflexo passivo da realidade pretérita, mas funciona como um instrumento ativo e dinâmico na produção de identidades coletivas. Ela opera, nesse sentido, como um mecanismo de reconhecimento social, permitindo que indivíduos e grupos sociais situem suas experiências particulares em uma narrativa mais ampla e compartilhada, conferindo sentido, legitimidade e continuidade às suas ações no presente.

Nesse processo complexo de construção narrativa, a linha que separa rigorosamente a história da memória revela-se tênue e frequentemente borrada.

Enquanto a história busca, ao menos idealmente, uma análise crítica e distanciada, fundamentada em fontes documentais diversificadas e métodos sistemáticos de verificação, a memória é essencialmente subjetiva, emocional e seletiva (Pollak, 1989). A memória opera, ademais, como um monopólio de memória (Almeida, 2018) quando dominada por um único grupo hegemônico, que impõe sua versão dos fatos como a única narrativa legítima e autorizada, silenciando vozes dissidentes e memórias subalternas.

A história de Porangatu inicia-se com a descoberta de ouro em seu território no século XVIII. O topônimo Descoberto, recorrente e sistemático em documentos coloniais e imperiais, não constitui um acidente toponímico, mas funciona como um indicador preciso e revelador da razão de ser do povoado: a exploração mineral. Conforme registrado detalhadamente por Cunha Mattos (1874) em sua *Corografia Histórica da Província de Goyaz*, o arraial do Descoberto da Piedade, jurisdicionalmente subordinado ao julgado de Traíras, constituía em 1822 um pequeno e modesto aglomerado de apenas 37 casas humildes, assentadas sobre as margens do córrego do Gongue. Essas precárias edificações foram frequentemente ameaçadas e atacadas pelas reação de autodefesa dos indígenas Avá-Canoeiro conforme a denominação colonial da época. A referência explícita a Nossa Senhora da Piedade, padroeira local, remete à tradição católica de nomear lugares conforme o calendário litúrgico vigente, indicando que a descoberta aurífera teria ocorrido em data próxima a 15 de setembro, dia consagrado à santa.

Portanto, a atividade mineradora, embora nunca tenha alcançado volumes expressivos ou comparáveis aos grandes centros auríferos coloniais, foi inquestionavelmente o vetor inicial de ocupação territorial, atraindo uma população heterogênea e miscigenada composta por descendentes de europeus, africanos escravizados e indígenas. Os dados quantitativos da *Relação da População da Província de Goiás (1823-1824)*, elaborada por ordem de Cunha Mattos, quando exercia o cargo de Governador de Armas na Província, atualmente integra o acervo do Arquivo Histórico Estadual de Goiás (AHE-GO, Livro 0120), são particularmente reveladores da estrutura socioeconômica local: dos 174 habitantes do Descoberto, apenas 18% eram escravizados, distribuídos entre apenas nove proprietários.

A posse de escravizados, foi tomada por Botelho (2003) como um parâmetro de mensuração da riqueza, evidencia uma sociedade empobrecida e periférica, na qual predominava a mão de obra livre, composta por assalariados, agregados e parceiros. Essa configuração social estava em consonância com as características da pecuária extensiva, atividade que exigia pouca força de trabalho e se realizava em grandes áreas abertas e pouco povoadas. Diferentemente das regiões de mineração e de agricultura, que possuíam maior densidade demográfica e podiam exercer controle mais direto sobre a mão de obra escravizada, a pecuária extensiva não oferecia condições para esse tipo de vigilância e coerção. Por essa razão, desenvolveu-se com base no trabalho livre, tornando-se gradualmente a principal atividade econômica regional após o declínio da mineração.

A presença dos Avá-Canoeiro e sua resistência diante da invasão de seu território constituem um elemento central, e frequentemente silenciado, quando não deliberadamente apagado, nas narrativas oficiais e memorialísticas contemporâneas sobre a região. O mapeamento detalhado da ocupação territorial e os deslocamentos dos Avá-Canoeiro (Rodrigues, 2013) revela uma sobreposição expressiva com as áreas de exploração mineradora, sugerindo que os conflitos pela posse do território impactaram diretamente a economia regional.

Em seu discurso Cunha Mattos (1874) lamentava uma prosperidade pretérita que foi diminuída em virtude dos inúmeros conflitos entre os indígenas e não indígenas, esta narrativa de uma suposta decadência deve ser compreendido, contudo, como parte de uma estratégia político-administrativo recorrente no século XIX, utilizado por autoridades provinciais para reivindicar maior atenção e investimentos da Coroa, mais do que como registro fiel de uma prosperidade efetiva no passado.

Outra narrativa sobre a região, nos foi legado pelo viajante francês Francis Castelnau (2000), que em 1844 percorreu a região e descreveu o Descoberto como uma mísera povoação de aproximadamente sessenta habitantes, quase todos portadores de bócio endêmico, é um testemunho penoso e impactante da violência inerente ao processo colonizador. O conde de Castelnau registrou em seu relato as ruínas de fazendas com suas casas carbonizadas e esqueletos mutilados pela

pesada borduna dos indígenas Avá-Canoeiro, esta documentação revela a agência histórica e a capacidade de resistência dos povos originários.

Nesse sentido, a noção de lugar de fala, conforme problematizada por Spivak (2010), está intrinsecamente presente e teoricamente fundamentada na proposta analítica deste trabalho. Todo sujeito emite seu ponto de vista e constrói sua narrativa a partir de uma posição social, cultural e histórica específica, que inevitavelmente condiciona sua percepção da realidade e molda sua narrativa sobre os eventos. Portanto, os relatos dos viajantes europeus que visitaram e descreveram a região do Descoberto ao longo do século XIX, como Cunha Mattos (1874) e Castelnau (2000) são exemplares paradigmáticos dessa dinâmica. Seus olhares, profundamente impregnados de uma visão eurocêntrica e civilizatória, interpretavam a realidade goiana através da lente depreciativa do atraso e da indolência, revelando-se incapazes de perceber e compreender a lógica própria e autônoma das sociedades locais e menos ainda de reconhecer a humanidade dos povos indígenas que resistiam contra a perda de seus territórios, sua cultura e suas vidas.

As sociedades sertanejas organizavam-se segundo temporalidades regidas pelos ciclos da natureza, como as estações de seca e chuva, os períodos de plantio e colheita, e não pelos relógios mecânicos e pela disciplina temporal da Revolução Industrial europeia. Suas narrativas, logo, não constituem espelhos neutros da realidade observada, mas projeções complexas de seus próprios horizontes de expectativas (Koselleck, 2006), revelando frequentemente mais sobre o mundo cultural de onde vinham do que sobre o mundo sertanejo que pretendiam objetivamente descrever.

Certamente, a transição do século XIX para o XX trouxe novos olhares e perspectivas sobre o Descoberto, marcando uma diversificação das fontes disponíveis para a análise histórica. A expedição sanitária de Arthur Neiva e Belisário Penna (1916), realizada em 1912 no contexto das grandes campanhas higienistas da Primeira República, fornece um retrato detalhado e científico das condições de vida locais: um pequeno arraial com população estimada em cerca de 300 habitantes, quase todos acometidos de bócio endêmico causado pela deficiência de iodo. A economia continuava fundamentalmente baseada na pecuária extensiva, onde

persistiam formas de escravidão disfarçadamente perpetuadas pelo sistema de endividamento compulsório dos trabalhadores.

Em contraste significativo, o relato do juiz Henrique Itiberê (1926), escrito quatro décadas depois da Abolição e também no contexto da República, revela um povoado em franco desenvolvimento material, com mais de cem casas cobertas de telha, substituindo as antigas coberturas de palha, e uma escola que atendia mais de cem crianças. Itiberê considerava a falta de emancipação política municipal uma grande injustiça histórica ainda não corrigida, mobilizando argumentos jurídicos para defender a autonomia local.

A emancipação política, finalmente alcançada em 25 de agosto de 1948 mediante decreto estadual, representou a coroação de um longo processo de lutas locais e articulações políticas, liderado por figuras como Adelino Américo de Azevedo⁴ e Ângelo Rosa de Moura⁵. Contudo, o marco histórico mais simbólico e significativo talvez tenha sido a mudança oficial de nome, ocorrida anteriormente em 31 de dezembro de 1943, quando o distrito de Descoberto passou oficialmente a denominar-se Porangatu. Essa mudança toponímica, sugerida pelo então prefeito de Uruaçu, Osvaldo Leal, e cuja etimologia permanece incerta, traduzida como bela paisagem segundo Soares (2002), mas contestada por estudiosos como Paulo Bertran, configurou-se como um ato performativo de ruptura radical com o passado colonial e minerador. O nome Descoberto evocava inevitavelmente a precariedade material, a exploração mineral efêmera e a marginalidade geográfica em relação aos

⁴ Adelino Américo de Azevedo (1899–1964) foi um jurista, político, professor e pecuarista goiano que desempenhou papel central na formação política e administrativa da região norte de Goiás. Natural de São José do Duro, mudou-se para o Descoberto da Piedade (atual Porangatu) após conflitos locais e, ali, construiu sua trajetória pública. Foi juiz distrital, juiz municipal e Juiz de Direito da comarca de Porangatu, além de atuar como líder político pelo Partido Social Democrático (PSD). Com a emancipação de Porangatu, tornou-se o primeiro prefeito de transição do município em 1949. Figura influente, esteve também envolvido em controvérsias relacionadas à grilagem de terras, que motivaram uma CPI estadual. Seu nome permanece na memória local, inclusive nomeando uma das principais avenidas da cidade.

⁵ Ângelo Rosa de Moura (1911-1970) foi um político, comerciante, fazendeiro e sapateiro natural de Arraias (atual Tocantins), que exerceu papel importante na consolidação municipal de Porangatu, em Goiás. Foi vereador em Uruaçu, filiado à UDN, e foi eleito o primeiro e também o quarto prefeito de Porangatu (1949-1953 e 1957-1961). Durante seus mandatos, promoveu desenvolvimento urbano e rural, como a construção de estradas, escolas, instalação de comarcas, implantação de infraestrutura básica como cadeia/ fórum municipal e aeródromo, além de incentivar o acesso a verbas federais para educação, saúde e serviços públicos. Seu legado permanece visível em Porangatu, onde sua residência, a Casa da Jaguatirica, transformou-se em museu, em sua homenagem (atualmente o Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura foi deslocado desse local para outro).

centros de poder. Porangatu, por outro lado, com sua sonoridade indígena exótica e romantizada, projetava uma imagem renovada de desenvolvimento potencial, de enraizamento telúrico na terra e de promessa de progresso futuro, alinhando-se estrategicamente com os ideais desenvolvimentistas da Era Vargas e do pós-guerra.

A implantação da rodovia federal BR-153, parte da ambiciosa rodovia Belém-Brasília construída na década de 1950 durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi indubitavelmente o evento que mais profundamente reconfigurou tanto a geografia física quanto a geografia simbólica da cidade. A rodovia não apenas impulsionou o crescimento econômico e o incremento populacional, pois a população urbana cresceu impressionantes 315% entre 1950 e 1960 (Pacheco, 2002), mas também operou um deslocamento radical do centro dinâmico urbano. O antigo núcleo histórico, tradicionalmente centrado na Praça da Matriz e no núcleo fundacional (Silva, 2017), foi progressiva e inexoravelmente esvaziado em favor de um novo eixo de desenvolvimento linear ao longo da rodovia.

A chamada Federal (hoje conhecida como Avenida Adelino Américo de Azevedo), era a porção da BR-153 que passou a atrair para suas margens estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e a irradiar novos bairros residenciais. Essa deslocação espacial concreta representa, simultaneamente, uma deslocação mnemônica profunda: a memória coletiva da cidade foi, literal e metaforicamente, afastada do seu centro histórico original, criando uma dicotomia simbólica persistente entre o novo, percebido como moderno, dinâmico, conectado e próspero, em comparação ao velho, valorizado como histórico e tradicional, mas constantemente ameaçado pelo abandono, pela descaracterização e pelo esquecimento.

Patrimônio como campo de batalha: herança mnemônica ou terreno de negociação

O conceito de patrimônio cultural, conforme mobilizado nesta análise, é compreendido em sua dimensão mais ampla e inclusiva, tal como definido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu artigo 216. Esse dispositivo

constitucional reconhece o patrimônio como constituído tanto por bens materiais quanto imateriais, abrangendo as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, bem como as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (Brasil, 1988). Essa distinção conceitual entre material e imaterial, embora operacionalmente útil para fins analíticos e de gestão patrimonial, revela-se na prática profundamente artificial e problemática.

Como bem observa a literatura especializada, o material e o imaterial são dimensões intrínsecas, como as duas faces de uma mesma moeda (Chuva, 2009). O patrimônio, portanto, não é definido pela mera antiguidade cronológica ou pela excepcionalidade estética de um bem, mas fundamentalmente pelo valor simbólico e afetivo que uma comunidade específica lhe atribui, transformando-o em um elo que une as gerações e um alicerce que sustenta a identidade coletiva (Gonçalves, 2007).

A noção de patrimônio como processo, defendida teoricamente por autores como Gonçalves (2007) e Tamaso (2005), revela-se crucial para a compreensão das dinâmicas patrimoniais em Porangatu. O patrimônio não constitui um objeto estático, inerte e cristalizado a ser meramente preservado e contemplado em museus ou monumentos, mas configura-se como um fenômeno vivo, dinâmico e em constante movimento de negociação social e ressignificação cultural.

Essa perspectiva processual permite compreender criticamente a tensão persistente em torno da patrimonialização e preservação do Sítio Histórico do Descoberto⁶, onde a legislação municipal de tombamento (Lei n.º 590/84) nunca foi adequadamente regulamentada, resultando na descaracterização progressiva de edifícios históricos e na substituição irreversível de fachadas coloniais e de Art Déco por estilos arquitetônicos contemporâneos descontextualizados. O patrimônio,

⁶ O Sítio Histórico do Descoberto, também conhecido como “Cidade Velha” ou “Descoberto da Piedade”, é o núcleo original de povoamento que deu origem ao município de Porangatu, Goiás, no século XVIII. Tombado como Patrimônio Histórico Municipal pela Lei n.º 590/84, de 18 de abril de 1984, o local reúne importantes referências históricas e culturais da formação da cidade, especialmente arquitetônicas em estilo colonial e Art Déco. Sua área preservada abrange a Igreja Nossa Senhora da Piedade, o antigo fórum e cadeia pública, casarões coloniais, a Praça Velha, além de ruas, becos e edificações que conservam traços arquitetônicos e urbanísticos do período colonial. Mais do que um espaço físico, o Sítio Histórico do Descoberto representa a memória viva de Porangatu, simbolizando sua identidade cultural, social e urbana construída ao longo de gerações.

portanto, constitui-se inevitavelmente como um campo de disputa simbólica, onde forças econômicas, políticas e sociais colidem constantemente, determinando concretamente o que é considerado digno de ser lembrado, preservado e valorizado pela comunidade.

A análise do patrimônio de Porangatu ganha novas camadas de complexidade interpretativa quando inserida no contexto mais amplo das transformações contemporâneas da própria noção de patrimônio cultural no Brasil e no mundo. Como demonstram convincentemente Chuva (2009) e Tamaso (2005), o campo patrimonial brasileiro passou por uma significativa expansão conceitual e uma profunda reconfiguração institucional nas últimas décadas do século XX e início do XXI. A criação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial pelo Decreto n.º 3.551/2000 representou um marco histórico que reconheceu oficialmente a existência de uma dimensão cultural que escapava completamente à lógica tradicional do tombamento, baseada exclusivamente na materialidade arquitetônica e na permanência física dos bens.

Chuva (2009) argumenta persuasivamente que essa divisão institucional e conceitual entre material e imaterial, embora operacional do ponto de vista administrativo, constitui uma falsa dicotomia que obscurece e simplifica excessivamente a natureza profundamente integrada e holística da cultura. O patrimônio, em sua essência antropológica, é sempre uma construção social complexa que reflete os valores dominantes, as lutas políticas concretas e os projetos coletivos de uma determinada sociedade em um dado momento histórico específico. A separação institucional entre os dois tipos de patrimônio, frequentemente, apenas reflete e reproduz disputas corporativas e de poder entre diferentes áreas do conhecimento, como, arquitetura, história, antropologia, sociologia, entre outras, que buscam legitimar e ampliar seus domínios de atuação profissional e acadêmica.

Nesse sentido interpretativo mais amplo, o patrimônio de Porangatu pode ser lido e compreendido como um sintoma exemplar de uma tendência mais ampla, descrita analiticamente por François Hartog (2006) como presentismo. O presentismo configura-se como um regime de historicidade contemporâneo no qual o presente se torna onipresente e hipertrofiado, absorvendo e redefinindo continuamente tanto o

passado quanto o futuro. Nesse contexto cultural específico, o passado não é mais compreendido como um horizonte de expectativas que orienta o futuro, mas é transformado em um recurso simbólico disponível a ser mobilizado estrategicamente para legitimar identidades coletivas e projetos políticos situados no aqui e agora. A lenda de Angatu⁷, por exemplo, não é mais contada e transmitida primariamente como uma narrativa fundadora factual e historicamente verificável, mas funciona como um símbolo performático de identidade local, um patrimônio imaterial que serve instrumentalmente para reforçar o sentimento de pertencimento e coesão comunitária no presente.

Tamaso (2005) alerta criticamente para os riscos éticos e as responsabilidades políticas envolvidas nesse complexo processo de patrimonialização. Ao transformar práticas culturais, saberes tradicionais e expressões simbólicas em patrimônio oficialmente reconhecido, o Estado e outras instituições legitimadoras exercem um poder considerável de nomear, classificar e legitimar, podendo inadvertidamente levar à hierarquização problemática de culturas e ao silenciamento de vozes dissidentes ou minoritárias. O intelectual profissional e engajado, ao participar ativamente desse processo, seja como pesquisador acadêmico, seja como perito técnico em conselhos patrimoniais, assume necessariamente uma responsabilidade ética e política significativa.

Tal profissional não é, nem pode ser, um mero observador neutro e distanciado, mas configura-se como um agente social ativo que, ao selecionar critérios e interpretar o que merece ser considerado patrimônio, contribui decisivamente para a construção de uma determinada narrativa hegemônica sobre o passado e o presente coletivos

⁷ A seguir a Lenda de Angatu na sua íntegra tal como consta na página da Prefeitura Municipal de Porangatu: “Contam os antigos que em tempos idos, aqui vivia uma tribo dos índios Canoeiros; tinha uma índia muito bela, esposa de um dos futuros chefes da tribo. O tempo passou e aqui chegou João Leite e seus bandeirantes e entre eles um cativou o coração da jovem índia, o forte e valente Antônio. Começaram entre os arvoredos um lindo romance. Não tardou, esse romance veio a ser descoberto e proibido, como também proibido seus encontros. Angatu e o jovem apaixonado não pensaram nos perigos que corriam e começaram, a se encontrar às escondidas, e tudo ia bem para ambos, apesar de todas as pressões ao romance. Um dia porém, os dois são levados à presença do chefe da tribo como castigo o moço é condenado a morrer flechado e o corpo queimado em uma enorme fogueira no meio da mata e ela seria obrigada a vê-lo morrer sem nada pode fazer, presa e cercada por guerreiros da tribo. O jovem bandeirante amarrado a um tronco de árvore ao receber as flechadas mortíferas expira, e, suas últimas palavras são dirigidas à amada “Morro por Angatu”. Disponível em: <https://porangatu.centi.com.br/pagina/historia> Acesso em: 9 mar 25.

(Tamaso, 2005). Em Porangatu, isso se manifesta concretamente na tensão persistente entre a memória oficial, consagrada nos monumentos públicos, nas placas comemorativas e nas leis municipais, e as memórias populares, transmitidas oralmente por gerações e ancoradas em práticas cotidianas informais, como as histórias sobre Nego Dunga⁸, o escravizado que teria descoberto o ouro, e o mítico Veieiro de Ouro⁹, cuja exploração teria sido interrompida por uma promessa não cumprida.

Como já afirmado, o Sítio Histórico do Descoberto, oficialmente delimitado pela Lei Municipal n.º 590/84, constitui o epicentro geográfico e simbólico dessa disputa patrimonial. Apesar de sua inequívoca importância simbólica como alicerce sobre o qual o município se construiu (Moreira, 2003), a legislação de tombamento, como já foi dito, nunca foi adequadamente regulamentada mediante decreto específico, permanecendo como letra morta sem eficácia prática. Consequentemente, muitas das construções históricas onde se destacava a arquitetura vernacular, com o uso de pedras nos alicerces e tijolos de adobe nas paredes, juntamente com outras de influência Art Déco, com clara influência de Goiânia¹⁰, que originalmente compunham o sítio foram demolidas ou profundamente descaracterizadas, substituídas por edificações contemporâneas que rompem drasticamente com a unidade arquitetônica

⁸ “A origem da cidade vem do início da mineração do ouro, que atraiu o bandeirante João Leite, em 1592. Este trazia na sua bandeira um encarregado da tralha e da sondagem, o nego Dunga. E, como conselheiros e mestres de orações, alguns jesuítas da Companhia de Jesus, que construíram na região da fazenda Pindobeira, perto dela, um aldeamento para o trabalho de catequese e colonização dos índios. É comentado em várias anotações sobre a bandeira de João Leite, que no local onde está hoje à cidade de Porangatu deu-se a história do Nego Dunga, que encontrou nas imediações da fazenda Pindobeira, uma enorme pepita de ouro. Ele a cortava com um canivete todo dia, para ir pagando a tamina, livrando-se dela, que lhe fora imposta por João Leite, seu patrão” (Braga, 2009, p. 172).

⁹ Refere a tradição local que tendo sido descoberto um riquíssimo veieiro de ouro, que ia sendo trabalhado com muito proveito, deu-se de repente a sua inundação pelas águas subterrâneas, impossibilitando a continuação da sua exploração. O mineiro Joaquim de Barros, invocando a proteção de Nossa Senhora da Piedade, padroeira do lugar, fez promessa de dar a santa todo o ouro que colhesse no primeiro dia, si ela fizesse esgotar as águas do veieiro. Dirigindo-se para o local no dia seguinte, o minerador maravilhou-se ante o milagre encontrando seco o poço onde atravessava o veieiro, e pode então colher o ouro com as mãos cheias. Neste tempo, porém, havia no Descoberto uma mundana no apogeu da fama e cujos carinhos eram vendidos a peso de dinheiro. O ingrato foi levar a essa sacerdotisa de Vênus o ouro colhido, esquecendo-se da promessa feita a santa. O resultado foi que, no dia seguinte, o local apareceu novamente inundado e nunca mais pode voltar a ser explorado. (Itiberê, 1926).

¹⁰ O estilo Art Déco foi adotado nas primeiras edificações de Goiânia, atual capital do Estado de Goiás, entre meados da década de 1930 e o início dos anos 1940, como símbolo da modernização, da ruptura com a antiga capital, Cidade de Goiás, e da interiorização do desenvolvimento no Brasil, influenciando também as construções de várias cidades do interior goiano.

e a ambiência histórica do local. Por outro lado, o Plano Diretor Sustentável de 2007 (Lei nº 2.292/2007) tentou remediar parcialmente essa situação, selecionando alguns edifícios específicos considerados exemplares para preservação prioritária, o antigo Fórum, a antiga Cadeia Pública, a Praça e a Igreja Nossa Senhora da Piedade, o Casarão, a Praça do Poço do Milagre e a antiga Casa dos Correios, mas a proteção legal permanece frágil, fragmentária e constantemente ameaçada por pressões econômicas e especulativas.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, inquestionavelmente o mais emblemático dos bens materiais tombados, constitui um caso exemplar das múltiplas camadas de significado histórico e das tensões sociais que marcam profundamente o patrimônio local. Sua construção, estimada por Silva (2017) como tendo ocorrido em torno de 1883, já carrega intrinsecamente em sua materialidade uma narrativa complexa de poder político e conflito social. Segundo a tradição oral meticulosamente registrada por Pina e Campos (2021), a igreja foi erguida com mão de obra livre, e não escravizada, como ocasionalmente se alega em narrativas locais, e sua orientação arquitetônica incomum, com a fachada principal voltada para o poente ao invés do tradicional nascente, teria sido determinada por uma acirrada disputa entre moradores benfeitores locais rivais. Cada um desses potentados locais desejava que a entrada principal da igreja ficasse de frente para sua respectiva residência, como forma de ostentação de poder e prestígio social. Essa discórdia fundadora ficou literalmente inscrita e materializada na arquitetura: um lado da igreja possui robusto alicerce de pedra, enquanto o outro não apresenta essa estrutura, e as paredes apresentam larguras visivelmente desiguais. A restauração realizada em 1998, financiada mediante convênio com o Ministério da Cultura, buscou resgatar criteriosamente a configuração arquitetônica original, removendo as escadas externas adicionadas inadequadamente nos anos 1980 e reinstalando o telhado colonial de quatro águas, mas a estrutura permanece eloquentemente como um monumento vivo às tensões sociais que a geraram e aos conflitos de poder que marcaram sua construção.

O Casarão, que abrigou por um tempo o Museu Arqueológico Ângelo Rosa de Moura, constitui outro símbolo fundamental da memória local institucionalizada. Construído em 1940 pelo primeiro prefeito eleito democraticamente da cidade, o

edifício funcionou simultaneamente como residência familiar, estabelecimento comercial (a Casa Jaguatirica) e centro de sociabilidade, sendo palco privilegiado das principais festas sociais e eventos políticos da época (Pina, Campos, 2021). Após um período prolongado de abandono e deterioração física, foi estrategicamente adquirido pela prefeitura municipal na década de 1980 e transformado no Centro de Tradições, um gesto institucional claro de patrimonialização e apropriação da memória. Sua transformação em museu municipal, contudo, não resolve automaticamente as tensões específicas inerentes ao patrimônio enquanto campo de disputas simbólicas (Pina, Campos, 2021). Como espaço oficial e institucionalizado, o museu tende inevitavelmente a cristalizar uma versão particular da história, frequentemente focada nas trajetórias das elites locais e nos grandes homens, em detrimento sistemático das narrativas populares, das experiências subalternas e das memórias dos grupos socialmente marginalizados.

Outro símbolo desse processo é o Poço do Milagre, que por sua vez representa eloquentemente o patrimônio imaterial profundamente ancorado no espaço material concreto. Mais do que uma simples fonte de água potável, que chegou a abastecer aproximadamente 60% da população local em 1959 (Silva, 2017), o Poço configurava-se como um verdadeiro espaço de sociabilidades (Ferro, 2023), um ponto vital de encontro comunitário, de troca de informações cotidianas e de circulação de fofocas e notícias, onde convergiam e interagiam representantes de todas as classes sociais da pequena cidade. As duas versões alternativas e complementares para sua denominação, uma relacionada à sua inesgotabilidade aparentemente milagrosa e ao sabor agradável de suas águas, outra referente a uma fresta natural entre pedras de onde brotava a água como um milagre (Goianinho, 1999), demonstram eloquentemente como o imaginário popular opera criativamente na construção simbólica do patrimônio. A importância social do Poço declinou progressivamente com a chegada da água encanada e tratada e, posteriormente, com a construção de uma lavanderia pública coberta nos anos 1980. Essa intervenção modernizadora, embora oferecesse conforto material às lavadeiras, ao mesmo tempo deslocou espacialmente o centro de suas atividades tradicionais e diluiu significativamente o caráter comunitário e de sociabilidade espontânea do local.

No âmbito específico do patrimônio imaterial, as festas tradicionais e as lendas orais constituem-se como os principais vetores de transmissão e perpetuação da memória coletiva. A Folia de Reis, meticulosamente estudada por Souza (2019), configura-se como um autêntico lugar de memória e performance em constante transformação dinâmica, que migrou historicamente do espaço rural para o urbano, adaptando-se criativamente ao novo contexto socioespacial sem perder sua essência ritual. A Via Sacra, encenada todos os anos desde 1985 e a Romaria de Santa Luzia, iniciada mais recentemente em 2002 (Moura, 2015), constituem exemplos de tradições relativamente recentes que foram rapidamente assimiladas pela comunidade e transformadas em elementos centrais e constitutivos da identidade coletiva contemporânea.

As lendas orais, finalmente, são talvez o aspecto mais rico, complexo e revelador da construção multifacetada da memória local. A lenda de Angatu (Medrado, 1990), que propõe explicar romanticamente a origem do nome da cidade por meio de um romance trágico entre uma mulher indígena e um homem não indígena, constitui uma clara e exemplar invenção da tradição (Hobsbawm, 1997). Trata-se de uma narrativa fundadora que substitui deliberadamente a complexidade histórica factual por uma alegoria romântica e identitária, mais palatável e emocionalmente mobilizadora. Essa lenda opera como mito de origem, fornecendo à comunidade uma narrativa épica e poetizada que vincula o presente urbano a um passado indígena idealizado, ainda que historicamente impreciso. Por outro lado, as histórias orais sobre Nego Dunga, o homem escravizado que teria descoberto o veio aurífero original (Barbosa; Pina, 2015), e sobre o misterioso Veieiro de Ouro, cuja exploração teria sido sobrenaturalmente interrompida conforme registrado por Itiberê (1926), revelam uma memória popular que resiste ativamente à versão oficial e monumentalizada. Essas narrativas mantêm viva a figura do escravizado como agente histórico dotado de protagonismo e a concepção de um território encantado e sagrado, onde a ganância humana é moralmente punida por forças sobrenaturais. Essas narrativas, transmitidas oralmente por meio de gerações e constantemente reelaboradas, constituem o contraponto vital e necessário às fontes escritas oficiais e aos monumentos

institucionalizados, garantindo a pluralidade polifônica e a vitalidade dinâmica da memória coletiva de Porangatu.

Cabe ressaltar, ademais, que o processo de patrimonialização em Porangatu não se desenvolve em um vácuo social ou político, mas está profundamente imbricado nas relações de poder local e nas disputas por recursos simbólicos e materiais. A seleção de determinados bens para proteção legal, enquanto outros permanecem desprotegidos e vulneráveis, não é neutra nem tecnicamente objetiva. Reflete, ao contrário, hierarquias sociais, preferências estéticas das elites letradas e projetos políticos específicos que buscam construir uma determinada imagem da cidade. O privilégio concedido aos edifícios monumentais associados ao poder político e religioso, como a Igreja Matriz e o Casarão, em detrimento de edificações mais modestas, mas igualmente significativas do ponto de vista histórico e antropológico, exemplifica essa seletividade. Da mesma forma, a transformação de práticas culturais vivas em patrimônio imaterial oficialmente reconhecido pode gerar processos de fossilização e espetacularização, onde manifestações originalmente espontâneas e comunitárias, como a Via Sacra, passam a ser performadas para audiências externas, turistas e eventos oficiais, perdendo gradualmente sua autenticidade e função social original.

A fragilidade institucional da proteção patrimonial em Porangatu manifesta-se não apenas na falta de regulamentação adequada da legislação de tombamento, mas também na ausência de políticas públicas consistentes de educação patrimonial, na escassez crônica de recursos financeiros para manutenção e restauro dos bens protegidos, e na carência de pessoal técnico qualificado para fiscalização e gestão do patrimônio. Essa fragilidade estrutural torna o patrimônio local particularmente vulnerável às pressões do mercado imobiliário, que frequentemente valoriza a renovação em detrimento da preservação, e aos interesses econômicos de curto prazo que privilegiam a funcionalidade contemporânea sobre a memória histórica. O resultado é um processo contínuo e acelerado de descaracterização urbana, onde a cada ano mais fragmentos da memória material são irreversivelmente perdidos, comprometendo a legibilidade histórica da cidade e empobrecendo a experiência urbana das gerações futuras.

Por outro lado, é fundamental reconhecer que a tensão entre preservação e transformação é constitutiva e inerente à própria natureza da cidade enquanto organismo vivo. Porangatu não é, nem pode aspirar a ser, um museu a céu aberto congelado em determinado período histórico. A cidade necessita e merece desenvolver-se, adaptar-se às novas demandas sociais e incorporar contemporaneidade arquitetônica. O desafio patrimonial, portanto, não consiste em impedir toda e qualquer transformação, mas em garantir que essas transformações ocorram de forma consciente, planejada e respeitosa com as preexistências históricas. Trata-se de buscar um equilíbrio delicado entre continuidade e mudança, entre memória e inovação, entre identidade herdada e identidade projetada. Esse equilíbrio só pode ser alcançado mediante processos participativos e democráticos de gestão patrimonial, que incluam efetivamente a comunidade local nas decisões sobre o que preservar, como preservar e para quem preservar, evitando tanto o autoritarismo tecnocrático quanto o populismo demagógico.

A dimensão imaterial do patrimônio, por sua natureza menos tangível, mas não menos importante, apresenta desafios específicos e complementares. As festas, rituais, saberes e fazeres tradicionais não podem ser preservados mediante tombamento físico ou cercamento material. Sua continuidade depende essencialmente da transmissão intergeracional, da prática viva e da valorização cultural pela comunidade. Quando essa transmissão se interrompe, seja por desinteresse das novas gerações, seja por transformações socioeconômicas que inviabilizam as condições materiais de sua reprodução, o patrimônio imaterial desaparece irreversivelmente, deixando apenas registros documentais e memórias esmaecidas. Por isso, as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial devem necessariamente focar não na cristalização de formas culturais supostamente autênticas ou puras, mas no fortalecimento das condições sociais, econômicas e culturais que permitem às comunidades continuarem praticando, recriando e ressignificando suas tradições de forma viva e dinâmica.

Nesse contexto, iniciativas como os inventários participativos de referências culturais, os mestres de saberes tradicionais reconhecidos e apoiados pelo poder público, e os festivais e celebrações que valorizam as manifestações locais sem

espetacularizá-las excessivamente, mostram-se particularmente relevantes e promissoras. Tais iniciativas, quando conduzidas com sensibilidade antropológica, histórica e participação comunitária genuína, podem contribuir significativamente para a valorização do patrimônio imaterial, fortalecendo a autoestima das comunidades portadoras dessas práticas e garantindo condições mais favoráveis para sua continuidade. Contudo, é preciso cautela para evitar que o reconhecimento oficial se transforme em camisa de força normativa, impondo versões corretas ou autênticas de manifestações culturais que são, por natureza, fluidas, diversas e sujeitas a múltiplas interpretações e variações locais.

Considerações Finais

Conclui-se, portanto, que ensinar criticamente e pesquisar rigorosamente a história de Porangatu exige necessariamente um olhar analítico multifacetado e teoricamente informado, capaz de articular dialeticamente as escalas micro e macro, de dar voz efetiva aos historicamente silenciados e marginalizados, e de compreender o patrimônio não como um relicário estático e sacralizado do passado, mas como um campo vivo, dinâmico e permanentemente disputado de significações sociais.

A história da cidade é, em última instância e essencialmente, a história complexa e conflituosa de como seus habitantes, em diferentes épocas históricas e contextos socioculturais, escolheram, e continuam cotidianamente escolhendo, lembrar seletivamente, esquecer estrategicamente e reinventar criativamente a si e sua comunidade.

Esse processo contínuo e incessante de construção identitária reflete, em escala local e territorialmente situada, as grandes transformações conceituais e políticas do patrimônio e da memória no mundo contemporâneo, marcado pelo fenômeno do presentismo e pela expansão democrática, embora profundamente conflituosa e desigual, do direito de narrar o passado e de participar ativamente da construção da memória coletiva.

A experiência histórica de Porangatu, embora singular em suas especificidades locais, oferece lições analíticas mais amplas sobre os processos de construção da

memória, da identidade e do patrimônio em cidades médias e pequenas do interior brasileiro. Essas localidades, frequentemente negligenciadas pela historiografia acadêmica que privilegia os grandes centros urbanos e os eventos de escala nacional, são laboratórios privilegiados para observar como as grandes transformações históricas, a colonização, a modernização, a urbanização, são vivenciadas, negociadas e ressignificadas em contextos específicos, dando origem a configurações culturais únicas e valiosas. O estudo dessas histórias locais, quando conduzido com rigor metodológico e sensibilidade teórica, contribui não apenas para o conhecimento histórico regional, mas também para a compreensão mais ampla dos processos sociais, culturais e políticos que configuram a diversidade da experiência histórica brasileira.

É fundamental ressaltar que a preservação do patrimônio e da memória não constitui apenas uma questão técnica ou acadêmica, mas envolve dimensões éticas e políticas fundamentais. Trata-se de decidir coletivamente que tipo de cidade e que tipo de sociedade queremos construir: uma cidade amnésica, que apaga continuamente seu passado em nome de uma modernização que frequentemente beneficia apenas setores específicos, ou uma cidade consciente de sua história, capaz de integrar criativamente tradição e inovação, memória e projeto. Essa decisão não pode ser delegada exclusivamente a técnicos, especialistas ou autoridades políticas, mas deve necessariamente envolver a participação democrática e informada de toda a comunidade.

Finalmente, o patrimônio pertence não aos mortos que o criaram, mas aos vivos que o herdaram, o preservam e o transmitem, e sobretudo às gerações futuras, com o direito inalienável de conhecer e compreender as raízes históricas de sua identidade coletiva. Somente por meio dessa compreensão histórica crítica e dessa participação democrática efetiva será possível construir políticas patrimoniais verdadeiramente sustentáveis, que respeitem simultaneamente a memória do passado, as necessidades do presente e as aspirações legítimas de futuro.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. O Patrimônio Histórico do Descoberto da Piedade nos registros da monumentalidade. In: CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **Patrimônio, Memória e Cultura**. Juiz de Fora: Editora Associada Ltda., 2018. p. 97-106.

ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. **O Sertão de Amaro Leite no século XIX**. Curitiba: CRV, 2024.

BARBOSA, Maria Doralice Nepomuceno; PINA, Max Lanio Martins. Descoberto da Piedade: lugar de memória, lugar de história. **Anais Eletrônico do Congresso Acadêmico-Científico da UEG Porangatu**: Interculturalidades e Formação em Debates. v.5, n.1, 2015, p. 26-31.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Famílias e domicílios goianos na época da independência. **Revista História & Perspectivas**, v. 2930, 2003.

BRAGA, Ana. Primórdios históricos, Educacionais e culturais de Porangatu. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Nº. 20, (2009) Goiânia: Asa Editora, 2009. Org.: Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, p. 169-196.

BRASIL. **Constituição Federal**. Presidência da República, v. 1, 1988.

CASTELNAU, Francisco de La Porte. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Corografia Histórica da Província de Goyaz. In: **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Tomo XXXVIII, Parte Primeira, 1875. p. 5-150.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Corografia Histórica da Província de Goyaz. In: **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Tomo XXXVII, Parte Primeira, 1874. p. 210-398.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. **Corografia Histórica da Província de Goyaz**. Goiânia: Secretaria de Planejamento, 1979.

FERRO, Célia Corrêa. **Movimento das águas**: Construções poéticas a partir de narrativas das mulheres lavadeiras da cidade de Porangatu/GO. Dissertação (Mestrado Profissional em Arte) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Goiânia, 2023.

GOIANINHO, Euclides de Souza. **Memórias e tradições**: registro do pioneirismo, das artes, das manifestações folclóricas de Porangatu-Goiás. Porangatu, GO: E. de Souza, 1999.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **História local**: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. Ensino de história: assuntos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 175-185, 2007.

HARTOG, Francisco. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, n.º 36: p. 261-273, jul/dez. 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. (Org.). **A invenção das tradições**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ITIBERÊ, Henrique. **Arquivo Goiandira Ayres do Couto**. Descoberto: Impressões de Viagem. 1926.

KOSELLECK, Reinhart. **O futuro do passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MEDRADO, Maria Áurea. **Porangatu ontem e hoje**. s/ed.: s/cidade, 1990.

MOREIRA, Deolinda Conceição Taveira. **Museu da Cidade de Porangatu**: Projeto Museológico e de Preservação do Patrimônio Integrado. Recife: CECI-UFPE, 2003.

MOURA, Marcos Roberto Pereira. **A romaria de Santa Luzia**: contribuições da fé para a construção de uma identidade territorial na comunidade de Santa Luzia – município de Porangatu/GO . 2015. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

NEIVA, Artur; PENNA, Belisário. **Viajem científica ao norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e do norte ao sul de Goyaz**. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 1916.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PACHECO, Felipe Jorge Kopanakis. **Porã-Katu – Goyáz**: regime regional e desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás (UFG) - Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA). Goiânia, 2002.

PELEGRINI, Sandra. **Memórias e identidades**: a patrimonialização e os usos do passado. Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, v. 25, n. 48, p. 87-115, 2018.

PINA, Max Lanio Martins. A Matriz Desconstrutivista e Reconstitutivista de Narrativas Históricas: uma proposta teórico-metodológica da Didática da História para o Ensino de História. In: NICOLINI, Cristiano. SILVA, Maria da Conceição. (Org.). **Natureza, diversidade e os desafios para a cultura histórica**. Teresina: Cancioneiro, 2025.

PINA, Max Lanio Martins; CAMPOS, Yussef Salomão de. O Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura (Porangatu-GO) e as reivindicações pelo patrimônio cultural. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 2, pág. 302-321, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORANGATU. Lei n.º 2.292, **Plano diretor e sustentável**. 2007.

PORANGATU. Lei n.º 590, **Lei de Tombamento**. 1984.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativo. **Anuário Antropológico**, [s], v. 38, n.º 1, p. 83-137, 2013.

SILVA, Luana Carla de Souza. **A história de um lugar**: o núcleo fundamental de Porangatu (GO). 2017. 155f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

SOARES, Walquíria dos Santos. **Configuração sócio espacial de Porangatu/GO**. 2002. 267 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2002.

SOUZA, Ângelo Marcos de. **Folia de Reis como patrimônio cultural imaterial - tradição e identidade em Porangatu (1960-2018)**. 2019. 176f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010 [1985].

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre objetos velhos, outros desafios. **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, pág. 13-36, jul./dez. 2005.